

Autonomia Universitária

A conta da Ufrgs

Páginas 6, 7 e 8

DUPLA FACE

José Paulo Bisol e Wladimir Ungaretti falam da sociedade na era da notícia-espetáculo.

Pág. 4

TV UFRGS

Ufrgs assina acordo com outras instituições e começa a preparar seu espaço na TV Universitária

Pág. 5

ARTE

Bienal de Artes Visuais consolida Porto Alegre como a capital cultural do Mercosul

Pág. 11

ENTREVISTA

Claudio Baldino Maciel, presidente da Ajuris, rompe a tradição de que juiz só se manifesta nos autos

Pág. 12

Mil dias sem reajuste – e os próximos?

O mês de setembro encerra com sentimentos contraditórios em relação às duas principais questões que hoje ocupam a atenção dos professores.

De um lado, a agenda da Autonomia parece abrir espaço para alguma esperança. Se a semana de 15 a 19 parecia encerrar um ciclo na vida universitária brasileira com o decreto de morte do sistema federal de ensino superior e sua substituição por um arremedo de universidades, onde à tutela burocrática do Estado se somaria à "autonomia" financeira, vale dizer, a capacidade de sobrevivência individual ditada pela competência no "laissez-faire" das relações com o mundo dos negócios (mundo este muito diferenciado regionalmente, para dizermos o mínimo - qual seria o destino da Universidade Federal de Roraima comparado ao da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por exemplo?), ao redigirmos este editorial parece que a situação mudou substancialmente. Por iniciativa articulada dos reitores, o MEC cedeu em dois dos três pontos dos quais depende o futuro da universidade pública brasileira.

Em primeiro lugar, aceitou o caráter público na definição do futuro regime jurídico das atuais Ifes; em segundo, concordou que o montante de 75% dos recursos federais constitucionalmente destinados à educação sejam destinados exclusivamente às instituições federais, aceitando, inclusive (parece que muito a contragosto, e que só demonstra o caráter dos que com quem lidamos!) que o percentual de 75% (este percentual cabalístico cujo mistério só penetra a mente do tucanato em flor!) conste como mínimo na futura redação constitucional.

Reste o terceiro ponto, relativo ao futuro regime jurídico dos docentes e técnico-administrativos da futura universidade autônoma. Aqui, *M. le Ministre* aceita negociar a proposta de que o regime jurídico de pessoal e salarial seja isonômico ao conjunto das atuais Ifes.

Comparada à situação do início do mês, é um avanço respeitável. Avanço que, ao que parece, devemos à Andifes. É chocante, aliás, a este respeito, a posição da Andes. Segundo o ofício circular nº 365/97 da Presidência da entidade, a diretoria está acompanhando "internamente" (sic) a tramitação da PEC-370, buscando informações necessárias para definir sua estratégia "frente aos novos fatos".

Isso dispensa comentários, e ajudanos a entender a melancolia que cerca a segunda questão que nos ocupou neste setembro: a questão salarial. Conforme noticiamos na edição anterior do Adverso, em reunião do Setor das Federais em 8 e 9 de agosto foi aprovada, por proposta da Adufrgs, uma campanha de recuperação emergencial dos salários através de reformulação de nossa tabela salarial. Em assembleia realizada no último dia 4, os professores da Ufrgs aprovaram critérios de reestruturação da tabela salarial para serem negociados com o MEC. Tal reivindicação, no entanto, não foi ainda encaminhada, tendo a diretoria da Andes preferido reivindicar um reajuste do piso salarial da categoria, o que significa, na prática, inviabilizar qualquer campanha salarial específica das Ifes, como se a mobilização conjunta dos SPF's nos impedisse moralmente de atuar em defesa dos nossos salários e da universidade.

O B S E R V A T Ó R I O

Representação I

Porto Alegre - Em 2 de julho deste ano, a Adufrgs ingressou com representação contra os secretários estaduais César Busatto (Fazenda) e Telmo Frantz (Ciência e Tecnologia) para apurar responsabilidades quanto à retenção de verbas destinadas à pesquisa. A iniciativa gerou

um Inquérito Civil que encontra-se na Coordenadoria das Promotorias Civis do Ministério Público Estadual, onde permanece para análise da promotora Temis Limberger. Desde que foi protocolado, não ocorreu nenhum andamento do Inquérito.

Representação II

Brasília - Ainda em abril, a Adufrgs ingressou com outra representação contra o ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza, em face da retenção arbitrária de verba destinada ao pagamento de precatórios judiciais relativos a 1996. O atraso do repasse dos valores – que deveriam ser pagos, impreterivelmente, até 31 de dezembro último – constitui, na

avaliação da assessoria jurídica da entidade, crime de responsabilidade. Após o indeferimento inicial da representação pelo procurador regional dos Direitos do Cidadão no Distrito Federal, Antônio Bigonha, a ação foi remetida para a 5ª Câmara da Coordenadoria de Revisão do Ministério Público Federal, onde aguarda designação para um relator.

Intercâmbio com escolas canadenses

Porto Alegre - Visitaram a sede da Adufrgs, no último dia 18, representantes de 16 escolas canadenses de ensino do idioma (foto). A atividade fez parte de uma série de iniciativas para promover o intercâmbio e a troca de experiências entre alunos brasileiros e canadenses.



Fábrica Osanai

Corrupção e greves na Argentina

Buenos Aires - O ex-ministro da economia Domingos Cavallo denunciou no livro "O peso da Verdade", que colaboradores diretos do presidente Menem, como ministros e ex-ministros, receberam subornos e promoveram negociações para tráfico de armas, manipulação das privatizações, sabotagem e dissolução de instrumentos de controle da sonegação de impostos, além de intimidação de juízes federais e perseguição a opositores do regime. Cavallo destaca a ligação do presidente com o chefe das máfias argentinas, o empresário Alfredo Yaabré, acusado de ser o responsável pelo

assassinato do fotógrafo Jorge Cabezas. Cavallo só denunciou a existência de máfias depois que deixou o governo, em 1996. O ex-ministro está respondendo a 21 processos judiciais, que podem comprometer sua candidatura a deputado federal nas próximas eleições. Menem teve sua imagem bastante afetada pelas denúncias, e sua reeleição pode ser prejudicada pela grave situação no país, já que o aumento do desemprego, a redução de investimentos na educação e nos serviços de saúde pública provocaram grandes manifestações de protesto. O povo argentino já fez sete greves gerais contra o governo Menem.

Universidade ou colégio?

Porto Alegre - O Departamento de Ciências Morfológicas do Instituto de Ciências Básicas da Saúde enviou resposta à manifestação da Adufrgs sobre as condições de trabalho de professores em estágio probatório naquela unidade. A Adufrgs havia enviado ofício com base em informações de que docentes estariam sobrecarregados de horas-aula, impossibilitando atividades de pesquisa e extensão, indissociáveis à carreira de professor universitário. No documento remetido à Adufrgs, o departamento salienta que todos os professores apresentam carga horária superior ao que é usual e recomendado, impossibilitando outras

atividades além do ensino. Com 33 professores, o departamento oferece 24 disciplinas para 1,5 mil alunos por semestre.

O que acontece no Departamento de Ciências Morfológicas da Ufrgs está se tornando comum em todas as universidades públicas: a redução no número de docentes e a consequente baixa na produção científica. Com seu projeto de autonomia, o governo federal quer retirar da maioria das universidades brasileiras a execução de pesquisa e extensão, convertendo-as em meras transmissoras de informações. Se isso ocorrer, o que hoje chamamos universidade será transformado num colégio de 3º grau.

ad nauseam

FHC disse que quer todo mundo na escola...



ADufrgs

Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Seção Sindical da ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

DIRETORIA

Presidente: Renato de Oliveira; **1º Vice-Presidente:** Carlos Schmidt; **2º Vice-Presidente:** Lúcio Hagemann;
1º Secretário: Eloína Prati dos Santos; **2º Secretário:** Jorge Ducati; **1º Tesoureiro:** Mário Brauner; **2º Tesoureiro:** João Vicente Silva Souza; **1º Suplente:** Benedito Tadeu César; **2º Suplente:** Ricardo Jacobi.

ADVERSO
Publicação quinzenal
Impresso em papel Ecograph

Edição: Silvano Mariani
Reportagem: James Görgen e Raquel Sager
Estagiárias: Adriene Trinca e Fabrícia Osanai
Capa: Gilmar Fraga **Revisão:** Jorge Barbosa
Tiragem: 4.000 exemplares

A Imprensa forma valores?



Juremir Machado da Silva

Jornalista e sociólogo, professor de Comunicação e Cultura da PUC

P - Pode-se afirmar que a imprensa interfere na formação dos valores da sociedade?

J - Claro que ela interfere, não tenho nenhuma dúvida. Mas a mídia não consegue inventar para a sociedade necessidades que ela não tenha. A mídia tem um limite na sua influência. O lugar fundamental de transformação que pode, inclusive, fazer com que a mídia tenha que se pautar por outros valores é a própria sociedade. Principalmente nas escolas, no processo educativo. Porque é onde a sociedade tem condições de dizer o que ela quer. E aí que a sociedade tem que interferir, nós temos que ter escolas mais ricas com uma formação melhor. A grande fragilidade do governo FHC hoje é no campo educacional. Precisa-se de uma política educacional mais definida, com mais investimento, com mais infra-estrutura. Uma política realmente voltada para o Ensino Básico para formar um cidadão politizado, com nível educacional mais alto. É formar pessoas para encontrar lugar numa sociedade que permita não só a sobrevivência mas também o exercício da condição da cidadania. Nós formamos mal em tudo, inclusive na faculdade. Nós aceitamos formar para o mercado. É preciso que a pessoa saia da faculdade com uma bagagem cultural densa, que ele saiba a técnica mas que ele saiba pensar, contestar.

P - O jornal tem também papel de educador?

J - O jornal tem intrinsecamente esse papel. Ele educa por si só.

Se o jornal cumprir a sua tarefa de bem informar, ele vai estar educando. No jornal, educar é uma das tarefas. Mas o jornal pode também divertir, distrair. Acontece que hoje nós estamos num processo de inversão: os jornais estão mais preocupados em distrair e divertir porque assim, em princípio é mais fácil vender, do que propriamente cumprir todas as outras tarefas. Eu acho que os jornais tem que se pautar pela idéia de informar. E informando bem vai educar, com certeza.

P - O que se pode fazer para modificar a relação entre a imprensa e a sociedade a partir das discussões ocorridas com o episódio da morte da princesa Diana?

J - Eu creio que isso seja uma coisa que a sociedade determine. A sociedade estabelece um limite. Nas discussões que estão sendo feitas cada vez mais se tem dito: é preciso se deixar muito claro que existem certos assuntos que embora despertem a curiosidade acabam trazendo danos para as pessoas, na sua privacidade e que, portanto, por razões éticas, é preciso parar aí nesse limite. Nós precisamos primeiro discutir longamente no sentido de que o público se convença de que ele deve refrear a sua curiosidade. Existe um outro aspecto que é o aspecto legal. É preciso estabelecer sanções para aquilo que possa se constituir de fato em invasão de privacidade. Enesse caso existirá sanção. O que não deve existir é a censura prévia. Quando sair uma notícia e se constituir em invasão à privacidade vai ter sanção. Sanção que pode evidentemente ser pesada. Mas muitas vezes é tão lucrativo publicar tal notícia que é melhor pagar a multa.

Brincando de Deus

Cesar Augusto Zen Vasconcellos

Doutor em Física, professor no Instituto de Física da Ufrgs

P - O Universo é como uma máquina (tudo se encaixa, com ordem, segundo leis determinadas) ou essa visão é a forma de o Homem considerar que pode ter controle sobre a natureza?

R - As leis que descrevem as propriedades dinâmicas do Universo fazem parte da teoria da Relatividade Geral, desenvolvida por A. Einstein. As previsões dessa teoria têm sido reveladas, através da observação e da experimentação, de forma incontestável. Assim, se poderia dizer que sua evolução seguiria leis bem determinadas. Essas observações e experimentações são realizadas utilizando-se o método científico, que tem como paradigma fundamental, na descrição destes fenômenos, a busca da consistência e da coerência lógicas. A comparação com uma "máquina", com engrenagens e peças logicamente correlacionadas, realizando trabalho, constitui-se, entretanto, em uma imagem muito pobre da real grandeza contida nos processos dinâmicos e na estrutura do Universo. A compreensão do Universo que a teoria da Relatividade Geral nos traz é fundamentalmente de ordem conceitual! Nossa entendimento da origem das estruturas que preenchem o Universo – de aglomerados de galáxias – é ainda parca. Quanto à questão do "poder sobre a natureza" implicitamente contida em tua pergunta, basta mencionar que é um fato bem conhecido que o homem busca transcender os limites de sua existência através de muitas formas de exercício do poder. "Brincar de Deus", buscando a transcendência espiritual através do conhecimento, é apenas uma delas.

P - Alguns físicos sustentam a existência de uma ciência oficial, com estrutura econômica e de relações de poder cristalizados, que se associa a complexas noções como causalidade, determinismo, mecanicismo e racionalismo. Qual a sua opinião sobre isso?

R - Hoje, mais do que nunca, conhecimento é poder. E quando tratamos do conhecimento e suas relações com as diferentes formas de poder é comum relacionarmos este tema com as questões do progresso e do desenvolvimento de uma nação. Pleno desenvolvimento, por outro lado, implica na materialização simultânea de todas as nossas potencialidades, seja no plano biológico, econômico, sóciopolítico ou

sócio-cultural. E neste contexto insere-se, evidentemente, a ciência ou ciência oficial, como desejas. Uma pergunta entretanto torna-se relevante na análise destas questões: quais são os pressupostos do desenvolvimento? Acredita-se que o pressuposto fundamental do desenvolvimento em uma nação como o Brasil é a industrialização? Entretanto, há outros mais importantes: a expansão das liberdades individuais, o respeito aos direitos do cidadão, o enriquecimento cultural, a difusão educacional, o bem-estar e a saúde da população. E o elemento chave do desenvolvimento? Creio que é o conhecimento. Alguém já afirmou que "um Big Bang do conhecimento está dividindo o mundo em sociedades ricas, de transformação rápida, que utilizam o conhecimento eficazmente, e sociedades pobres, de transformação lenta, que não o utilizam eficazmente". Nesse contexto, a ciência ocupa um papel fundamental na modificação das estruturas de poder que "cristalizam" estas desigualdades. Quanto aos demais ítems dessa questão, mecanicismo, racionalismo, causalidade, bem, "isto já é uma outra história".

P - Qual a próxima fronteira da Física a ser ultrapassada?

R - A física está nos seus primórdios. Conhecemos muito pouco do Universo. Não sabemos, por exemplo, se o Universo é aberto ou fechado (hipótese que poderia significar o fim do Universo, felizmente daqui há muitos e muitos anos). Mesmo a teoria do Big-Bang encontra, quando confrontada com teorias de unificação das forças da natureza, contestações. Nossas teorias das partículas elementares estão também a sofrer contestações nunca antes imaginadas. Por outro lado, as limitações técnicas e o custo cada vez mais alto dos equipamentos para o estudo da natureza e em especial das partículas elementares (aceleradores de partículas, por exemplo), essencial para o conhecimento do mundo que nos cerca, tem limitado enormemente o progresso da física neste campo. Necessitamos de novos paradigmas. Talvez de uma "nova física", baseada em novas estruturas lógicas de linguagem, quem sabe? É difícil realizar previsões minimamente rigorosas a respeito de novos paradigmas. Isto é um desafio. Mas haverá no futuro próximo muitas invenções científicas e tecnológicas, inovações sociais, econômicas e políticas que irão determinar a vida de todos os homens no novo século que se avizinha. E contribuições da física estarão entre elas.

Brasilianas

Comissões avaliam candidatos ao Pronex-97

As comissões de avaliação dos projetos que se candidataram ao Programa Nacional de Núcleos de Excelência (Pronex) reuniram-se de 22 a 28 de setembro no Hotel Othon Palace, RJ, com a Comissão Coordenadora do programa, para a escolha final dos projetos que receberão apoio este ano. Ao todo, candidataram-se 371 projetos, dos quais restaram 183 na primeira seleção. Estima-se, agora, que devem ser aprovados cerca de 50 até o final.

As comissões são formadas por 65 membros, fora os 14 da coordenação. O comando geral dos trabalhos está a cargo do secretário executivo do MCT, Lindolfo de Carvalho Dias.

Dedicação Exclusiva para pesquisadores sai em outubro

A informação foi colhida pelo Jornal Ciência Hoje junto a fonte "altamente credenciada em Brasília". O estabelecimento do regime de dedicação exclusiva para pesquisadores e tecnologistas deverá fazer parte do segundo pacote da chamada "correção de distorção de remuneração", a ser adotado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare) em meados de outubro. O regime de dedicação exclusiva foi o meio encontrado para aumentar o salário dos pesquisadores e tecnologistas dos Institutos de Pesquisa da área federal, que se encontra defasado da remuneração dos professores universitários em cerca de 30%. A solução vem sendo proposta há muito tempo pela comunidade científica, através da SBPC e de outras sociedades científicas. O ministro Bresser Pereira, do Mare, em várias ocasiões, manifestou-se favorável à solução.

Brasil continua no grupo dos mais analfabetos

Dos 885 milhões de analfabetos do planeta, 620 milhões vivem em nove países: Bangladesh, Brasil, Índia, China, Egito, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão que constituem, para a Unesco, o grupo E-9, que reúne 72% dos analfabetos do mundo. O grupo se reuniu no Paquistão sob o patrocínio da Unesco para tomar conhecimento dos esforços desses países para superar o analfabetismo.

O diretor-geral da Unesco, Frederico Mayor, admitiu que o Brasil está caminhando mais rapidamente do que os outros na educação básica, mas o esforço ainda não foi suficiente para sair do grupo de pior desempenho.

Mayor criticou o sistema universitário brasileiro "por estar distanciado da comunidade" e defendeu um ensino profissionalizante mais diversificado e amplo. Informou também que o assunto será discutido com mais profundidade no Encontro sobre Educação Superior que a Unesco realizará em outubro.

Em fevereiro, inclua Porto Alegre no seu roteiro de férias
XVII Congresso ANDES/SN
6 a 12 de fevereiro de 1998

Ditos & Pitos

"Jânio veta hipnotismo em público".

"Proibidas as brigas de galos".

– Chamadas do Jornal do Brasil refletem algumas das preocupações de Jânio Quadros em sua curta passagem pela Presidência.

"(Em 64) Brizola e Goulart queriam fazer essa tal reforma agrária, e fizemos uma revolução e expulsamos eles do país".

– Peter Meden, fazendeiro, em 25 de novembro de 1995, na Folha de S. Paulo.

"Só acredito no que posso tocar. Não acredito, por exemplo, em Luiza Brunet".

– Luís Fernando Veríssimo, escritor, em 1983.



O direito se orgulha da universalidade de uma que outra de suas regras. Entre elas a de que ninguém é juiz em causa própria. Toda vez que falo sobre mídia, que me surrou até não querer mais, cuido não vestir a toga. Lembro Soren Kirkegaard, de quem um jornal da época, o Corsaren, fazia caricaturas e ridicularizava, segundo conta Hans Magnus Enzensberger no livro "Mediocridade e Loucura". Em consequência, o filósofo permitiu-se odiar a imprensa. Chegou a dizer que era preciso fazê-la pendurar, em seu pôrtico, o seguinte letrero: "aqui homens são desmoralizados com a maior rapidez possível, na maior escala possível e ao preço mais baixo possível". Ainda por cima afirmou que enquanto a imprensa diária existisse o cristianismo seria impossível. E foi. E será. Pelo menos isso é o que, do começo até agora, parece sabermos fazer com essa liberdade, transformá-la em afirmação por negação da dos outros, convertê-la em dominação. Nós é que somos assim, não propriamente a mídia, que somos nós. Quando a mídia faz o mal, faz o mal que nós fazemos e não seríamos o que somos se não fôssemos a mídia pois hoje nada é mais verdadeiro de que somos o que vendemos e compramos. A questão é o que fazemos conosco

Sociedade Anônima

José Paulo Bisol – Ex-senador, desembargador aposentado e jornalista

ao fazer a mídia, que é uma relação entre a gramática ativa de seus produtores e a gramática passiva de seus consumidores.

Enzensberger fala em idiota consciente porque está em nós esse "perverso prazer da repetição compulsiva", esse "gosto pelo imutável terror diário", essa paixão de espionar por frestas e fechaduras, essa obsessão de flagrar os santos trepando, as virgens sendo violadas, essa fruição de assistir os mitos levando porradas, essa exultação de surpreender os fatos chorando, os principais roubando, os juízes vendendo vereditos, os educadores fotografando meninas nuas em poses venusianas e esse gozo orgiástico com a nossa violência reprimida, finalmente liberada no espetáculo da violência dos que deveriam ser mansos de coração e exemplos de boas maneiras.

O idiota consciente não se dá o trabalho de fazer sentido, de colher por si mesmo o sentido das coisas e dos fatos. Só quer saber de sentidos dados, de relevâncias pré-definidas, de fatos interpretados. Não consegue sentir-se feliz afastado de Humpty Dumpty, o homem-ovo de Lewis Carroll, que põe o dedo no nariz de Alice, e sentencia: "– Eu, quando digo uma palavra, dou a essa palavra o sentido que quero dar". Caso Alice arrisque delicadamente perguntar se é possível dar às palavras ou aos fatos o sentido que se quer dar, Humpty Dumpty não hesita um só momento para retrucar: "– A questão, Alice, é saber quem é o servo e quem é o senhor. O senhor faz a palavra e o servo a escuta". E olha que o senhor nem sempre se

preocupa muito em introjetar a sua consciência na consciência do servo. Marcuse, que afirmava isso algumas décadas atrás, agora não teria razão. Para o moderno Humpty Dumpty o que menos interessa é fazer pensar. Nem pensa em fazer pensar o seu próprio pensamento. O que mais interessa é ocupar o pensamento alheio tão completamente que não sobre a mínima possibilidade de pensar por conta própria. Fazer pensar tanto e em tantas coisas ao mesmo tempo que não haja tempo para pensar sem vertigem. Pensar tudo sem pensar o significado de nada porque Humpty Dumpty antes de dar a palavra dá o seu significado e antes de dar o fato dá o seu sentido, na medida em que ele é o clima, o contexto, o ambiente e o lugar da palavra. Wittgenstein, há tempos nos prevenia: uma coisa é o que a palavra representa, por exemplo em estado de dicionário, outra o que ela faz na situação comunicativa em que é empregada, e ela faz o que Humpty Dumpty quer fazer, isto é, ocupar, fascinar, seduzir, empolgar, sensibilizar.

O mais luxuriante recurso desse fazedor de consensos e uniformidades é o envies, a obliquidade mítica pela qual o significado literal do enunciado, ou do fato, se transforma em novo significante, geralmente afetivo, que nos arrasta pela emoção da descoberta de uma verdade oculta pelas urdiduras de um demônio que supúnhamos arcanjo. Nesse ponto ele alcança o máximo de sua competência indutiva: pega uma verdade e mente com ela. O mais eficiente do envies é ser uma verdade que mente. Quando a verdade mente, ou quando se mente

com a verdade, deslocando-a para fora de seu contexto, de seu tempo, de sua circunstância e de suas relações originais, situando-a em outra conjuntura que muda sua fisionomia, seu corpo, sua função, suacore, principalmente, sua identidade, a persuasão afetiva é arrasadora e a convenção que produz é comunicante. A mentira sempre foi mais persuasiva que a verdade. Tanto que a verdade nunca se torna tão persuasiva como quando mente. E, de certo modo, o dever jornalístico de escoimar a notícia de todas as complexidades do fato, chamado paradoxalmente de síntese, objetividade, e o outro dever, o do estilo direto e da preferência pelas expressões estratificadas pelo uso comum, chamado eufemisticamente de clareza ou simplicidade, implicam por si mesmos a abstração e a substituição da verdade. Não vejo a menor possibilidade de exigir que os noticiários sejam diferentes. Eles não têm como não ser assim. Estamos diante de uma fatalidade inerente à modernidade. Algo muito semelhante acontece com o Direito e suas ações processuais. Ali tudo começa conflitivamente humano. No ponto de partida existe a dor, o sentido é a dor, a emergência é a dor, e na medida em que se desdobram os trâmites a dor se dissolve *narrat*, a humanidade do fato vira conceito, a vida vira objeto. Poderia parar aí e já seria um consolo. Mas não. De instância em instância o argumento, a equação jurídica, a diversidade teórica ocupam inteiramente o lugar da vida, a tal ponto que nos tribunais superiores se proíbe explicitamente discuti-la. E então tudo é inter-

pretado, não do fato, do Direito, tudo é norma, isto é, tudo é nada e todos se identificam nesse nada.

A Justiça, como a mídia, odeia a minúcia, o detalhe, a utilidade, a singularidade, a diferença. Como a vida é quase só isso, concretude, dor, conflito, sangue, nervos, ódios, amores, desencontros, indivíduos, experiências, caos, êxtases, na verdade odeia a vida. A vida só é possível em detalhes e é sempre pura diferença.

Não é, portanto, um mal da mídia. É que a isso chegamos em quase tudo e disso se aproveita o poder, que não é a mídia, nem a Justiça, nem o legislador, nem o governo. É quem os governa com a cumplicidade de nossa idiotia consciente, rumo à globalização definitiva, onde cada coisa significará sempre o mesmo que a seguinte, isto é, nada. O consenso no zero. A comunhão no esvaziamento do si mesmo de cada um.

Se nos perguntarem quem é o poder, ficaremos irrequietos. Nemo poder sabe quem é o poder. Desconfiaremos dos ricos, como sempre. Suspeitaremos desse conjunto de menos de 500 grandes corporações econômicas porque elas são, de fato, o poder que põe a Economia no lugar da Política, o Mercado no lugar do Direito e a Mídia no lugar da Consciência. Mas elas também não são reais. São abstrações, pessoas jurídicas, o contrário de pessoas, um monte de gente desconhecida, que não é gente, é acionista. Elas também não são nenhum de seus acionistas, nenhum de seus diretores. Só são ninguém, só o nada, uma espécie de miniatura do infinito onde Deus mastiga, imóvel, o maior dos males, a eternidade.

A televisão é um museu de desastres

(Paul Virilio)

Wladimir Ungaretti – Professor no Departamento de Comunicação - UFRGS

A morte da princesa Diana e toda a discussão envolvendo o papel da mídia no episódio abre a possibilidade das mais variadas reflexões. Não só a TV é um museu de desastre. A imprensa como um todo é cada vez mais um museu de desastre e de trivialidades. No cotidiano o jornalismo trabalha, fundamentalmente, com as singularidades. Com o registro destas singularidades. O peso da idéia expressa por Virilio (museu de desastres) reside no fato de que a TV impõe (hoje) suas regras sobre todo o "campo do jornalismo", e também sobre todos os outros campos. Sugerimos esta breve reflexão a partir de três variantes aparentemente distantes, mas que acidentaram serem complementares.

Virilio coloca em evidência em seus textos que cada vez mais estamos diante da *ditadura da velocidade* e de um *universo de telecidades*. E que esta seria também a lógica da imprensa escrita, cada vez mais preocupada em encontrar mecanismos de concorrência com os denominados meios eletrônicos, em especial com a TV, e ainda mais recentemente com os jornais on-line das redes.

O urbanista francês, em seus textos curtos, mas carregados de informações e de possibilidades teóricas nos indica, por exemplo, que esta lógica é a que permite afirmar de que não estamos diante de um processo afetivo de globalização, mas diante de todo um *sistema globalitário*. Um verdadeiro somatório dos processos de globalização e de um novo tipo de totalitarismo. Ou ainda: não de globalização, mas de efetiva virtualização. Nunca é demais lembrarmos que em 1980, quando Ted Turner criou em Atlanta a CNN, ele transformou a residência de cada um de nós numa central dos acontecimentos planetários.

Abre-se aqui a uma outra variante para reflexão sobre a morte da princesa, bem como sobre toda sua anterior relação com a mídia e em especial com os fotógrafos. Recorremos agora a algumas das idéias de Pierre Bourdieu, em seu recente livro sobre a televisão. O sociólogo francês, além de nos propor uma conceituação de "campo jornalístico" indica um outro conceito teórico fundamental para entendermos a lógica não só dos tablóides sensacionalistas mas

também a que predomina na grande imprensa. Bourdieu nos fala de uma globalitária "mentalidade-índice-de-audiência". Segundo ele, as notícias de variedades, tão valorizadas inclusive pelos grandes jornais, visam produzir um efeito de vazio político, reduzindo o mundo a anedotas e a fofocas que, em realidade, se verificam tanto num plano local, regional ou internacional.

É a "mentalidade-índice-de-audiência" que empurra até mesmo os denominados jornalistas de vanguarda, as instituições científicas e acadêmicas na direção dos marketeiros. Os jornalistas e/ou o campo jornalístico deixam inteiramente de lado o campo dos intelectuais para com mais agilidade chegar à trivialidade.

Ainda não foi devidamente estudado os efeitos da TV sobre todo o campo de jornalismo, segundo Bourdieu. Para ele, o princípio de seleção é a busca do sensacional, do espetacular (do fantástico). A TV convida à dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade e o caráter trágico.

Esta lógica, ditada pelas relações

de mercado, afeta todo o "campo do jornalismo". Textos rápidos, superficiais, fotos reveladoras, aceleração dos processos industriais e de distribuição (mais velocidade). A televisão que não é adequada à expressão do pensamento estende esse efeito por todo o campo jornalístico. É bom lembrar que o jornalismo, no seu sentido tradicional, sempre teve uma conotação subversiva por estimular o pensar. É preciso também termos claro que o totalitarismo está sempre presente no objeto tecnológico, fazendo com que estejamos nos de frente com um verdadeiro efeito "tecnofundamentalismo", em que a mídia cria realidades. Assim é possível, de alguma forma, afirmar que os atuais processos de comunicação desse final do século estabelecem uma verdadeira perda de orientação e como decorrência uma desorganização da relação com o outro e com o mundo.

E a terceira variante é a que procura pensar todas as outras a partir da idéia de uma sociedade do espetáculo. Na abertura do livro "A Sociedade do Espetáculo", recém publicado pela editora Contraponto, cerca de 30 anos



depois de lançado na França, Guy Debord afirma: "toda vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação". Ou ainda: "o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens".

A imprensa como museu de desastres, telecidades, velocidade, globalitário, virtualização, campo do jornalismo, mentalidade-índice-de-audiência, sociedade do espetáculo tudo liquificado fica igual a jornalismo-trivialidades-leis-de-mercado-leitor-consumidor. Mais do que nunca é preciso repensar tudo. Ou melhor: pensar.

Canal Universitário deve ser implantado até o final do ano

Ufrgs pretende colocar o primeiro programa no ar já em outubro

Adriene Trinca

Nove instituições de ensino superior de Porto Alegre viabilizarão a implantação do canal Universitário em TV a cabo, conforme os termos da Lei nº 8.977/95 e o decreto nº 1.718/95. Elas assinaram no dia 4 de setembro o "Termo de Acordo" que estabelece as normas de operacionalização do canal.

O primeiro passo para a viabilização do projeto está sendo a formação de um Conselho Gestor

que ficará responsável pela administração do canal. Cada uma das Instituições vinculadas deverá indicar um representante para integrar a Assembléia da Associação das Instituições de Ensino Superior Usuárias do Canal Universitário de Televisão em Porto Alegre/RS (AIESPA), que terá como objetivo deliberar sobre a utilização de Canal Universitário na TV a Cabo ou outra modalidade de TV por assinatura.

A programação da TV Universidade versará sobre matéria acadêmica, científica e cultural. Cada uma das instituições participantes terá um tempo determinado para utilização do espaço. Os critérios para de-

ção do espaço. Os critérios para definição deste tempo levarão em conta o número de cursos e de alunos de Pós-Graduação e Graduação, além da produção acadêmica e científica de cada instituição.

Segundo Ricardo Schneiders, diretor da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico), autor do projeto da TV Ufrgs, até o

ínicio de outubro deverá estar no ar a agenda eletrônica que a médio prazo deverá ser transformada em um telejornal da Universidade. Para a viabilização desse projeto, a Ufrgs vai contratar profissionais e técnicos para a produção dos programas, além de contar com a participação de alguns professores da área de jornalismo. Também serão absorvidos alguns alunos do curso de comunicação que participarão da produção dos programas como estagiários.

A falta de recursos vem sendo o principal impecílio para a realização da TV. A Ufrgs não pode utilizar os estúdios da Fabico porque, além de serem precários, são totalmente utilizados para as atividades de ensino e extensão. Portanto, é preciso montar um estúdio para utilização exclusiva da TV.

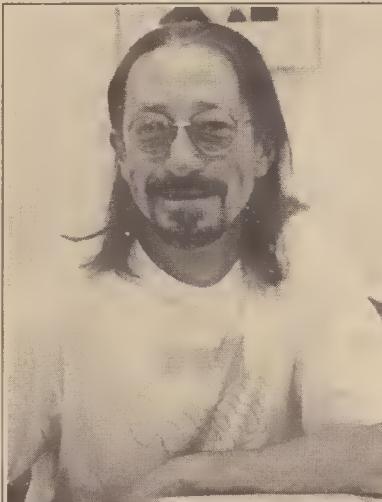
Ricardo destaca ainda que também serão veiculados na TV Ufrgs as produções dos alunos de comunicação, como por exemplo os vídeos institucionais dos departamentos da própria universidade, produzidos pelos alunos da cadeira de Projetos de Vídeo.

A programação da Ufrgs prevê, além da agenda eletrônica e do telejornal, a produção de um programa de debates e a transmissão do Unicultura. O Canal Universitário deverá transformar-se em uma porta para a divulgação das produções da instituição, tratando de todos os assuntos de relevância para a sociedade.

relevância para a sociedade.

As instituições participantes

- Ufrgs
 - PUC
 - Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas São Judas Tadeu
 - Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras
 - Faculdade Porto-Alegrense de Ciências Contábeis e Administrativas
 - Federação de Faculdades Metodistas do Sul
 - Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre
 - Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul/Fundação Universitária de Cardiologia
 - Sociedade de Educação Ritter dos Reis



Fábrica Osanai

Ricardo Schneiders: "A Fabico não tem condições de abraçar a produção da TV Ufrgs"

Brasil, país da evasão fiscal

(Agência ANDES) – “O Brasil é campeão da evasão fiscal. Para cada real arrecadado, um é sonegado”. A frase, que reflete as grandes contradições do sistema de tributação no país, foi proferida pelo ex-secretário da Receita Federal e professor de economia da Universidade de Brasília (UnB), Ozires de Azevedo Lopes Filho. Para que essa realidade mude, disse Ozires, é preciso não apenas fiscalizar a arrecadação mas criar uma “consciência tributária”. “Nós temos 50 milhões de super-homens: a classe trabalhadora é quem sustenta e paga os impostos do País. Quem sustenta o Brasil é quem menos usufrui. Os ricos são muito sovinhas”.

Para o coordenador de Estudos Técnicos da Receita Federal, Paulo Ramos, "a evasão fiscal no Brasil deve andar em torno de 40%. "Se todos pagassem os impostos devidos, a mesma carga tributária teria redução de 40% em suas alíquotas". A evasão é consequência também do número reduzido de agentes destinados ao trabalho de fiscalização, disse Paulo Ramos. Segundo ele, a Receita vem se empenhando no "melhoramento de seus serviços", sobretudo na área de informática.

Brasil 1900 – A reforma tributária vai ocorrer quando houver pressão popular, afirma Ozires Lopes. Ele acredita que enquanto não for elaborada uma política anticorrupção, começando pela desburocratização do Estado, isso não será possível. “Não temos recursos humanos, nem de informática para cuidar da fiscalização tributária”, destacou Ozires. Paulo Ramos acrescenta que a Receita vai contratar ainda este ano três mil novos auditores e outros 1.500 em 1998, para garantir maior eficiência na fiscalização.

Os professores lembram ainda um caso típico no Brasil: jogadores brasileiros que ganham furtunas no exterior sem declarar, além da compra de apartamentos e da abertura de empresas fora do país. Numa pesquisa encomendada por Ozires Lopes durante sua gestão na SRF, foram identificadas as 35 maiores empresas brasileiras cujo patrimônio variava entre R\$ 92 milhões e R\$ 800 milhões. Ficou constatado que cinco das 35 não pagavam qualquer tipo de imposto.

"Hoje, fala-se em flexibilização do trabalho e de globalização, mas o Brasil está abrindo suas portas sem maiores critérios e estamos perdendo muito com isso. Vamos chegar ao ano 2000 reproduzindo o Brasil de 1900", afirmou Ozires Lopes. "Todos os países que deram certo pensaram primeiro no interesse nacional e, depois, no interesse estrangeiro".

PRESTAÇÃO DE CONTAS: JULHO DE 1997

Ativo:			
<u>Circulante</u>			
Disponibilidades		4.888,01	
Aplicações Financeiras		998.835,44	
Créditos Diversos		4.930,00	1.008.653,45
<u>Permanente</u>			256.839,72
	Total do Ativo		1.265.493,17
Passivo:			
<u>Circulante</u>			
<u>Patrimônio Líquido</u>			
Patrimônio Social		616.733,25	39.364,67
Resultado Acumulado do exercício			6609.395,25
1.226.128,50			
1.265.493,17	Total do Passivo		
Receitas:	Acum. Anterior	Acum. Atual	Do mês
Associados	248.188,25	292.819,28	44.631,03
Outras (inclusive finan.)	724.453,54	736.286,72	11.833,18
Total	972.641,79	1.029.106,00	56.464,21
Despesas:			
Com Pessoal	79.066,08	89.632,51	10.566,43
ANDES (mensalidades)	69.464,21	80.603,21	11.139,00
Viagens e estadias	47.839,79	56.986,61	9.146,82
Outras (inclusive finan.)	161.051,08	192.488,42	31.437,41
	357.421,16	419.710,75	62.289,59
Resultado = Receitas – Despesa	Acumulada		609.395,25
	Do Mês		5.825,38

PRESTAÇÃO DE CONTAS: AGOSTO DE 1997

Ativo:			
Circulante			
Disponibilidades	4.722,34		
Aplicações Financeiras	1.006.373,13		
Créditos Diversos	4.650,00		
Permanente			
Total do Ativo			1.272.585,19
Passivo:			
Circulante			
Patrimônio Líquido			41.754,87
Patrimônio Social	616.733,25		
Resultado Acumulado do exercício			614.097,07
<u>1.230.830,32</u>			Total do Passivo
1.272.585,19			
Receitas:	Acum. Anterior	Acum. Atual	Do mês
Associados	292.819,28	337.741,31	44.922,03
Outras (inclusive finan.)	736.286,72	745.338,41	9.051,69
Total	1.029.106,00	1.083.079,72	53.973,72
Despesas:			
Com Pessoal	89.632,51	101.517,33	11.884,82
ANDES (mensalidades)	80.603,21	92.356,21	11.753,00
Viagens e estadias	56.986,61	63.796,51	6.809,90
Outras (inclusive finan.)	192.488,42	211.312,60	18.824,18
	419.710,75	468.982,65	49.271,90
Resultado = Receitas – Despesa	Acumulada		
	Do Mês		
		614.097,07	
		1.701,82	

Seja qual for o perfil da autonomia universitária aprovada pelo Congresso Nacional, a Universidade precisará cortar despesas ou buscar cada vez mais recursos junto ao setor privado para financiar o orçamento e realizar investimentos. Em alguns departamentos, não existe dinheiro para comprar material de consumo enquanto, em outros, professores colocam a mão na massa para resolver problemas de manutenção. Quem paga a conta para colocar a instituição em condições de sobreviver financeiramente, e ainda competir com as universidades privadas, é a pergunta do momento.

James Görgen

Química Inorgânica

Equipamentos de 30 anos geram tecnologia de ponta



Gerbase diz que a verba federal não compra nem os reagentes necessários às aulas

Para a Química da Ufrgs, a autonomia universitária é uma realidade que vem sendo exercida graças às dificuldades financeiras. Se não fossemos 29 projetos executados com recursos de agências de financiamento e empresas privadas desde 1994, a unidade estaria em estado de decomposição. Considerado um dos cursos da Universidade com manutenção mais alta, o departamento de Química Inorgânica depende de recursos próprios para adquirir equipamentos de tecnologia mais sofisticada. Em 1996, o montante do orçamento destinado a custeio da graduação ficou em R\$ 40 mil. "A verba federal mal dá para comprar os reagentes necessários", diz a chefe, Anelise Gerbase.

Quem perde são as duas mil matrículas de alunos de quase 10 cursos. Além da vidaria e dos componentes químicos, o orçamento do departamento consegue comprar apenas

Recursos não financiam investimentos e custeio

Um preocupante descompasso acompanha o histórico financeiro da Ufrgs. De acordo com dados da Pró-Reitoria de Planejamento, o orçamento nominal da universidade vem se mantendo estável nos últimos três anos (veja quadro ao lado). O problema é que as despesas com custeio e manutenção, não. A cada novo exercício, os recursos crescem em um ritmo menor que o reajuste dos gastos compulsórios.

Em 1997, 92,3% do orçamento autorizado (aprovado pelo Congresso) foi destinado para a folha de pessoal e pagamento de precatórios. Do total de R\$ 258.187.502,00, 86,76% foram gastos com salários. Mesmo com os vencimentos congelados há mais de mil dias, professores, funcionários, aposentados e pensionistas continuam sendo os alvos principais do corte de verbas federais.

O restante do orçamento está dividido entre benefícios (2,37%), Pasep (0,03%), diárias (0,15%), capital (0,3%) e custeio (4,86%). Nos últimos quatro anos, a verba para custeio vem crescendo – passou de R\$ 9.114.110,00 em 1995 para a previsão de R\$ 13.282.000,00 em 98.

Mesmo assim, técnicos da Proplan afirmam que estes recursos não bancam sequer as despesas compulsórias da universidade (onde entram contas de água, luz, telefone e contratos diversos). Material de consumo, manutenção de laboratórios e equipamentos e outros gastos precisam ser custeados por recursos vindos de outras fontes. "O orçamento da folha não se discute. A briga é pelos custeos e capital", define o diretor de Registro e Pagamentos da Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Serviços à Comunidade Universitária (Prorhesc), Nelson Cunha.

A dívida da Ufrgs com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) é um bom exemplo do peso das despesas compulsórias no orçamento da Ufrgs. A conta gira em torno de R\$ 240 mil mensais, ou R\$ 2,8 milhões por ano. Sobre o total da verba de custeio autorizada em 97, somente o débito com a CEEE representa mais de 20%. Sem recursos, a universidade assinou um acordo com a estatal para tentar quitar o saldo atrasado de forma negociada: paga-se o consumo do mês anterior e rolam-se

a multa e a correção monetária. Outro custo fixo que acaba levando boa parte dos recursos do orçamento é o dos contratos que terceirizam vários serviços dentro da universidade. Para desempenhar as tarefas dos ex-funcionários, a administração vem contratando serviços de empresas que fornecem mão-de-obra. De acordo com a pró-reitora da Prorhesc, Regina Ruaro, as áreas de limpeza e vigilância já estão totalmente terceirizadas. Outros setores, como portaria e motorista, estão seguindo pelo mesmo caminho. Mas todo este enxugamento tem um preço.

Pelos dados de Ruaro, 25% do orçamento da Ufrgs já está comprometido com a terceirização. "Se for necessário, vai aumentar", avisa a Pró-Reitora. A idéia da Prorhesc é terceirizar totalmente o nível de apoio, que não inclui as atividades-fim da universidade. Ruaro faz questão de salientar que os níveis médio e superior serão mantidos intactos. "Não pensamos em demissão", garante. Onde há muitos fazendo pouco e poucos fazendo muito, o segredo pode ser remanejar. "Certamente vamos ter de discutir um plano de cargos e salários", acredita.

Número de funcionários diminui enquanto o de alunos aumenta

Ano	Docentes			Tec-Adm.	TOTAL
	3º grau	1º e 2º graus	Sub-total		
1994	2.326	164	2.490	3.625	6.115
1995	2.110	159	2.269	3.596	5.865
1996	2.025	164	2.189	3.367	5.556
1997	2.081	163	2.189	3.149	5.393

Ano	Alunos 1º e 2º graus	Alunos Graduação	Vagas vestibular	Alunos Pós-graduação	Teses e Dissertações
1994	1.433	17.536	3.463	3.131	502
1995	2.126	18.875	3.601	3.196	269
1996	2.411	19.240	3.591	3.941	667
1997	1.516	17.345	3.591	3.789	não definido

Nos últimos 4 anos, o número de alunos da Ufrgs cresceu 2,5%. No mesmo período, o quadro de professores e técnicos caiu 11,8%



Instalações precárias são um dos problemas a resolver

A Ufrgs aperta o cinto

que serão reduzidos.

Pela proposta do Executivo, o Tesouro ainda financiará as Ifes por mais 10 anos. Só que neste período, não poderá comprometer mais de 75% da verba destinada à Educação para sustentá-las. Deste montante, uma parte ainda será dividida com a subvenção federal das instituições privadas e o crédito educativo. Além disso, o orçamento global perderá a alternativa da suplementação.

Uma das saídas estudadas para cobrir esta conta é buscar cada vez mais recursos junto a empresas privadas enquanto se planeja a realocação de vagas e o modelo de autogestão. Por sinal, muitos departamentos da Ufrgs sobrevivem graças a essas fontes de receita. Resta saber se uma universidade inteira conseguirá administrar recursos que brotam das fontes mais distintas.

decisão judicial, uma vez que a abrangência da portaria não é retroativa. Depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu a primeira liminar, em janeiro de 97, outros julgamentos favoráveis estão pipocando nas cortes de todo o país.

Com a discussão da autonomia universitária, debate-se também se a Ufrgs terá dinheiro em caixa para arcar com mais esta responsabilidade. Nos últimos dois anos, os recursos do Tesouro para pagamento de precatórios caíram 35,5%, passando de R\$ 24 milhões para R\$ 15,5 milhões.

Atualmente, as liminares dos 28,86% ainda não são o principal problema financeiro da Reitoria. Mas a avalanche de processos pode não demorar a chegar. Na Genro, Camargo, Coelho & Mainieri Advogados Associados, banco onde trabalha Silveira, existem apenas 10 processos de diversos professores da Ufrgs solicitando esta vantagem. A maioria surgiu depois de maio deste ano e, por isso, se enquadra na portaria. Para os especialistas, esta tendência mostra que em breve a lista dos credores pode engrossar.

Paleontologia

Departamento tem quatro técnicos para 130 alunos



Equipamentos ultrapassados são outra preocupação da professora Valesca Lemos

Fósseis de animais pré-históricos e invertebrados extintos há centenas de anos convivem com equipamentos ultrapassados e falta de funcionários no Departamento de Paleontologia e Estratigrafia da Ufrgs. De 1990 para cá, o número de professores caiu pela metade enquanto os alunos de graduação são obrigados a realizarem análises em sedimentos usando lupas e microscópios comprados nos anos 50, época da fundação da antiga Escola de Geologia. "O nosso instrumental básico já é peça de museu", classifica o vice-chefe do departamento, Énio Soliani Júnior.

Para a chefe, Valesca Lemos, o problema mais sério é a falta de pessoal. Além da saída de docentes, a escassez de funcionários técnico-administrativos quase inviabiliza o trabalho. Para atender 10 professores, 70 alunos da Geologia, 60 da Biologia e mais o

pós-graduação, o departamento possui somente quatro funcionários. "O dobro já nos seria suficiente mas desde 86 não entra um técnico novo aqui", garante a professora, que também reivindica mais cinco vagas de docentes.

O número reduzido de professores e a falta de material acabou diminuindo o tamanho das turmas da graduação. Não é de hoje que o máximo de alunos por sala de aula não passa de 15. Este teto foi estipulado porque existem apenas 30 lupas e microscópios para utilização nas cadeiras práticas. "Este é o limite que a gente tem", lamenta.

A situação só não se torna pior porque vários projetos científicos sustentam as despesas mais pesadas. Dos 10 professores, oito dão aula para o pós-graduação. Para auxiliar nas pesquisas, cada um recebeu um microcomputador de última geração.

Realocação de vagas poderá evitar as demissões

Pessoas certas nos lugares certos são uma das alternativas para resolver a falta de funcionários da Universidade

Em tempos de liberalismo, quando se pensa em enxugar estrutura logo vem à cabeça dos empresários uma solução rápida: cortar postos de trabalho.

Em tempos de autonomia universitária, a saída para redefinir o perfil da Ufrgs pode não cruzar a mesma fronteira. Quem está enfrenhado no processo de levantamento dos recursos humanos da universidade avisa que não existem funcionários saindo pelo ladrão. O problema está na falta de mão-de-obra em determinados lugares e de excesso em outros.

Um comprometimento de mais de 90% da folha de pagamento sobre o orçamento global quebraria qualquer prefeitura ou empresa privada. No caso da Ufrgs, esta

realidade é uma constante que nunca preocupou a Reitoria. Com as despesas cobertas neste ano, a partir de 1998 a Ufrgs precisará aprender a gerir seus recursos sem a tutela do Estado. "O problema começa no orçamento do ano que vem", preocupa-se a pró-reitora de Recursos Humanos e Serviços à Comunidade Universitária (Prorhesc), Regina Ruaro.

Num passeio por qualquer campus, é difícil encontrar departamento onde um número maior de funcionários não seja uma das principais reivindicações. Em alguns casos, como no da Química Inorgânica, existem três professores para cada dois funcionários.

Para completar, a formação do quadro de pessoal está

desatualizada. Sem qualificação, técnicos-administrativos colocam seus casacos sobre cadeiras de funções que estão sendo extintas. De acordo com a Prorhesc, de 1994 para cá, 288 vagas de funcionários foram fechadas, 842 estão em processo de extinção e 453 cargos estão abertos.

Ao contrário do que acontece com os docentes, que possuem um plano de carreira com ênfase na especialização, os funcionários de nível médio e de apoio não galgam postos com tanta facilidade. Sem perspectivas de promoção, na primeira oportunidade de aposentadoria ou de nova colocação, os funcionários abandonam a universidade. "Nós precisamos motivar as pessoas a trabalhar", acredita o diretor de Registro e Pagamentos da Prorhesc, Nelson Cunha.

Para alcançar esta meta, a Reitoria quer saber primeiro quem são e o que fazem os 5.393 profissionais da Ufrgs. Até 15 de dezembro, esse levantamento da força de trabalho deverá ser enviado à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). A entidade, que congrega os reitores das universidades federais, pretende mostrarem números que não existem funcionários ociosos no meio acadêmico de perfil público.



A Reitoria quer saber quem são e o que fazem os seus funcionários

Na Ufrgs, o levantamento foi iniciado pelo cadastramento dos funcionários da Prorhesc. A partir do final de setembro, o restante da instituição passará pela malha fina. "Queremos ter um retrato fiel de quem são os nossos técnicos, o que fazem e onde fazem", diz Ruaro.

Depois de conhecer seu quadro de pessoal, a Reitoria pretende saber que tipo de funcionário precisa para atuar nas áreas mais carentes. Vários projetos estão em andamento. Entre eles, o programa de qualificação e aperfeiçoamento, que será colocado em prática a partir do ano que vem. Com isso, os técnicos serão treinados em áreas onde nunca desenvolveram habilidades ou serão convidados a melhorarem

suas aptidões nos setores em que atuam.

Em seguida, os funcionários que continuarem nas áreas em que estão trabalhando passarão por um programa de racionalização de processos. Aqueles que realizam tarefas rotineiras, aprenderão formas novas de fazer as mesmas coisas. Com as funções definidas, cada profissional será remanejado para o departamento onde existe empatia.

Conforme a pró-reitora, ninguém pretende executar esse planejamento da noite para o dia. "Não temos por incumbência apresentar uma política pronta de recursos humanos, mas subsidiar a discussão com a comunidade universitária", afirma Ruaro.



O modelo de autogestão da Ufrgs será discutido com base no levantamento dos recursos humanos conduzido por Ruaro (E)

Como fica o quadro de pessoal das Ifes com as propostas da PEC 370/97

Proposta MEC

Propõe o orçamento global, fixando limites mínimos e máximos com gastos de pessoal.

Define um regime próprio para o pessoal com "contratos de emprego", excluindo servidores de abrangência do caput e parágrafo 1º do art. 39 da CF (RJU e Plano de Carreira Isonômicos) e do inciso V do art. 206 (Regime Jurídico Único para o Magistério Público e exigência de concurso público).

Possibilidade de opção para os atuais servidores, no prazo de dois anos, pela permanência no RJU (Direito Adquirido).

Possibilita planos de carreira totalmente diferenciado para as Ifes.

Proposta Andifes

Orçamento fixado em lei, garantindo livre remanejamento e a transferência de recursos entre categorias de programação, excluindo a vedação prevista no art. 167, VI, da CF (orçamento global).

Prevê regime estatutário próprio e único para todo o pessoal das Ifes, a ser definido por lei complementar que instituirá o Estatuto Jurídico Especial das Ifes.

Possibilidade de opção para os atuais servidores, no prazo de dois anos, pela permanência no RJU (Direito Adquirido).

Garanta a permanência do sistema das Ifes instituindo a isonomia de vencimentos custeados com recursos vinculados à Educação, na forma do caput do art. 212.

Proposta MEC

Dá autonomia às Ifes para a definição de seus quadros de pessoal, excluindo-os da abrangência do art. 37, inciso X (revisão de vencimentos dos servidores públicos civis e militares, do art. 48, inciso X e do art. 61 inciso II, alíneas "a" e "c" (competência do Congresso Nacional e iniciativa do presidente da República para criação, transformação e extinção de cargos).

Proíbe a utilização dos recursos do fundo destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino superior para pagamento de aposentadorias e pensões, ressalvando a possibilidade de contribuição à previdência social pública ou privada.

Garante o custeio de aposentadorias e pensões do pessoal das Ifes, submetido ao RJU, pelo Tesouro Nacional, na forma como são custeadas as demais aposentadorias dos servidores públicos federais.

No caso dos servidores das Ifes, não submetidos ao RJU, prevê o pagamento por fundo de pensão a ser definido e criado por lei.

Proposta Andifes

Dá competência às Ifes para criar, transformar e extinguir cargos, fixar remuneração, admitir e dispensar seu pessoal possibilitando a administração e execução de sua política de RH, nos limites de seu orçamento.

Não proíbe a utilização do Fundo para pagamento de aposentados e pensionistas.

Dispõe que serão custeadas pelo Tesouro Nacional, quando concedidas até a data da promulgação ou posteriormente quando concedidas a servidores submetidos ao RJU.

Não prevê a forma de pagamento das aposentadorias e pensões concedidas aos servidores não submetidos ao RJU, após a promulgação da Emenda. Deixa a definição para o Estatuto Jurídico Especial das Ifes.

Justiça rejeita ação contra manifestantes

Raquel Sager

No último dia 15 de setembro, o juiz Aldo Temperani Pereira, da 5ª Vara Criminal, rejeitou a ação movida pelo coordenador das Promotorias Criminais, Altamir Arroque, por motivo da ocupação da Assembléia Legislativa durante a sessão extraordinária do parlamento, no dia 23 de julho. O juiz entendeu válida a conduta dos invasores diante às circunstâncias sociais vividas no momento. Anteriormente, o Ministério Público Federal já havia se pronunciado contra a tentativa da procuradoria do Estado de enquadrar o ato na Lei de Segurança Nacional.

De acordo com o promotor, aproximadamente 160 pessoas ocuparam o plenário, porém, foram indiciados "somente aqueles capazes de promover algum tipo de liderança". Assim, o presidente do Sinttel, Jurandir Leite, a vereadora Maria do Rosário, a presidente do Cpers/Sindicato, Lúcia Camini, o secretário-geral do Cpers/Sindicato, Eliezer Pacheco, o chefe de gabinete da deputada Luciana Genro, Carlos Robaina, o vereador de Palmeira das Missões, Jorge de Moraes Brizola e o presidente da CUT/RS, Francisco Vicente, foram enquadrados por "Provocação de Tumulto em Ato Oficial" e por "Danos ao Patrimônio Público". A pena prevista para o crime de "tumulto" é de multa ou detenção de até três meses e, no caso de danos, é de três meses a dois anos de prisão que também pode ser cumprida com prestação de serviços à comunidade ou através de condicional, além do pagamento de multa.

Após o veredito do juiz, o promotor Arroque entrou com recurso, no dia 22 de setembro, e o caso deverá ser decidido pelo

Tribunal de Alçada. Segundo ele, a intenção da Procuradoria Geral da Justiça não é de que os indiciados sejam presos mas sim, que o Judiciário diga que esse foi um ato errado. Na sua opinião, essa decisão foi uma ação equivocada do juiz e por isso está "usando o remédio da lei, que é o recurso".

Isto também é o que pensa o líder da bancada do PMDB na Assembléia, José Ivo Sartori. Apesar de discordar totalmente do parecer, o parlamentar disse que a decisão do magistrado tem que ser acatada. No seu entender, esta foi uma postura pessoal do juiz aliada a "outros sentimentos". Sartori fala da ocupação como sendo um gesto politicamente incorreto, o qual não estaria ajudando em nada para o avanço da democracia.

Lúcia Camini argumenta que a ocupação foi simplesmente uma ação de cidadania. "Projetos de interesse da sociedade iriam ser votados sem o mínimo de discussão", argumentou Camini. "Já havíamos pedido, implorado, feito outros tipos de manifestações e não conseguimos sensibilizar os deputados para que não fosse votado o projeto da privatização total da CRT. Só nos restava fazer o que fizemos, não havia outra maneira de chamar a atenção".

Para ela, ao enviar o projeto o governador lesou o seu próprio mandato porque ele havia dito, em campanha eleitoral, que não iria privatizar a Companhia. "E os deputados, ao aceitarem a emenda e ainda a aprovarem, foram subservientes a ele".

Sartori discorda da presidente do Cpers e afirma que "isto tudo é uma desculpa, uma racionalização, no ponto de vista intelectual" e justifica a atitude do governo ao enviar o projeto de privatização dizendo que "mudanças existem em todos os lugares" e

ironiza "pior são as pessoas que nunca mudam a sua opinião".

Sobre a decisão do juiz Temperani, Lúcia Camini diz que ele avaliou a situação corretamente "como um conjunto de fatos". Ela critica as promotorias observando que estas instâncias deveriam preservar sua autonomia sem deixar de analisar o social como um todo, avaliando o ato e não criminalizando os movimentos populares. "Existe cada vez mais sem-terra sendo presos por se manifestarem. Eles devem (a promotoria) entender que certos tipos de ações fazem parte da busca pela cidadania", conclui.

A deputada estadual Luciana Genro, que somente não foi indiciada por causa de sua imunidade parlamentar, reafirma a opinião de Camini dizendo que a sentença do juiz reflete o sentimento de indignação da população

contra a enxurrada de privatizações. "O Governador havia prometido, em campanha eleitoral, que não iria privatizar as estatais. Chegou até acusar o PT de 'calúnia', quando este denunciou a intenção de venda das estatais pelo candidato Antônio Britto". Porém, segundo ela, a ocupação não se deu somente por causa da questão da CRT e CEEE, mas por causa da política salarial do magistério e polícia civil e militar. "Que parlamento é este que admite que um governo não cumpre a lei salarial instituída por ele mesmo?", questiona a deputada.

Por causa do episódio da ocupação do plenário, a deputada Luciana Genro foi enquadrada na Comissão de Ética da Assembléia Legislativa, além de ter sido pedida a cassação do seu mandato pelo ouvidor desta comissão, o deputado Jair Foscarini, por "Falta de Decoro Parlamentar".

Ednir Santos



Cerca de 160 pessoas ocuparam a Assembléia Legislativa como forma de protesto

*Quem sustenta
uma universidade
particular?*

*Leia na próxima edição do
ADVERSO*

O jornal da Associação de Docentes da Ufrgs

Nós e nossos maiores

Luís Augusto Fischer

Não sei se é uma loucura particular minha ou se é loucura compartilhada por muitos. Mas inúmeras vezes me assalta a íntima convicção de que a UFRGS, como Porto Alegre e o Rio Grande do Sul – cada qual em sua escala – têm em comum um sentido de inferioridade em relação a seus respectivos pares, outras universidades, outras cidades, outros estados. (O mesmo se poderia aplicar, talvez, a entidades menores ainda, ou a entidades de porte, analogamente, por exemplo os times de futebol daqui. Forçando a barra, talvez até mesmo o Brasil possa ser enquadrado no mesmo caso, em relação a outros países.)

Trata-se de um sentimento que dá muitos frutos. Um deles é a sensação de nunca estar fazendo o bom, o correto, o adequado. Não adianta o Vitor Ramil, ou o Bebeto Alves, ou o Iberê Camargo, ou o Flávio Oliveira, ou o Sérgio Faraco, ou quem seja, fazerem o seu serviço corretamente; a gente sempre espera que de fora nos venha o aval para aceitá-los como boa coisa. Outro deles é correlato do primeiro: trata-se do não reconhecimento da

superioridade de alguns de nossos pares, coisa que, em língua de dia de semana se chama inveja.

Uma vez um amigo, colega de magistério aquela UFRGS, medisse que o professor da Química Otto Alcides Ohlweiler, pesquisador parece que ótimo, além de figura de alta relevância política na cena regional da esquerda, se vivesse na Europa seria candidato a prêmios científicos, quem sabe ao Nobel. Não sei, não entendo do assunto. De minha parte, tenho certeza de que foi o caso do professor Celso Pedro Luft, um gramático monumental, que se vivesse, nem digo na Europa, mas no Rio ou em São Paulo, teria tido um reconhecimento infinitamente superior ao que teve vivendo aqui. (E a solidão que deve acometer gente como eles?)

A exemplo deles, deve haver uma pá de outros aqui na Universidade. Gente qualificada, de



inteligência privilegiada, que não ganha o reconhecimento que merece (nem falemos de salário, deixa pra lá), e não ganharia nem que vivesse em Porto Alegre umas quatrocentas vidas. Caso isolado é o de Ivan Izquierdo, que precisou da disposição da Folha de São Paulo

em fazer reportagem para aparecer entre nós. E que orgulho temos em ser seus colegas, mesmo que longínquos.

Aí é que está: por que isso acontece? Não teria como a gente mesmo, antes de outros ou antes da morte, reconhecer isso? Por outro lado, será que sempre precisaremos do aval do Centro, seja ele qual for, aonde for?

Uma boa resposta, com a qual eu concordaria antes de ser formulada é aquele aponto o dedo na cara da Imprensa local (jornais, rádios, tevés que são, em média, de uma burrice atroz, de uma preguiça mental dolorosa, de uma subserviência cretina.

Sim, é verdade, nossa Imprensa se supera a cada ano na difícil tarefa de não fazer jornalismo, de evitar fazer jornalismo que, na sábia definição de Millôr Fernandes é reportagem (“o resto é armazém de secos e molhados”). Mas não é só a Imprensa a responsável.

Nós mesmos, aqui dentro da Universidade. O que fazemos para ouvir aos sábios, para dizer-lhes que nós os reconhecemos como tais? E se entre os pares professores não acontece, onde ocorrerá?

Podemos começar a pensar na matéria. Nossas bibliotecas servem ao propósito de divulgar a obra de nossos maiores? Acaso nós organizamos os seminários que suas pesquisas merecem e requerem? Não tem como a Universidade instituir um prêmio para esses caras, que justificam nossa mediocridade e nos fazem transcender, por seu exemplo, os limites da banalidade?

Suspeito que nossas rotinas, nossa ocupação com preencher papéis (e quanto papel inútil a gente preenche...), nossa mesquinha em cultivar pequenos ódios lamentavelmente tão comuns nos departamentos e unidades, tudo isso nos impede de enxergar os faróis que são esses caras. Tomara que o futuro não nos cobre muito caro essa conta.

Professor de Literatura Brasileira do Instituto de Letras
Autor de *Um passado pela frente* (contos), Editora Artes & Ofícios

A participação popular, universidade e o bloco sul-americano

Roberto Azevedo Souza

Num artigo anterior, dizíamos que a situação de extrema iniquidade em que a nossa sociedade vive é devida, essencialmente, a duas grandes causas: uma externa e outra interna. Naquela ocasião, analisamos sucintamente a causa interna e a alternativa apresentada para a sua superação.

Vejamos agora a causa externa e a respectiva alternativa. Como é sabido, essa causa externa é constituída pela dominação histórica do Norte sobre o Sul. Primeiramente pelos portugueses, depois pelos ingleses e após a década de 40 têm sido, predominantemente, pelos Estados Unidos da América do Norte. Creio ser desnecessário maiores detalhes a respeito pois ela nos parece demasiado evidente. Portanto, comentá-la, seria falar sobre o óbvio.

Assim como as causas de dominação estão imbricadas, as respectivas alternativas de superação, também se encontram intimamente entrelaçadas, como veremos.

Lembramos que para superação da causa interna, - a dominação pelas oligarquias - apresentáramos como alternativa a Participação Popular complementada pela ação da “Nova Universidade”. Recorda-

mos ainda que chamáramos de Nova Universidade aquela que não é só voltada para a universalidade mas também para a sua realidade regional concreta, isto é, para a sua localidade.

No caso da dominação externa, é preciso que esse binômio: Participação Popular + acompanhamento da Universidade se faça presente num bloco continental de países (Mercosul expandido)¹, de tal maneira que a Sociedade Civil esteja devidamente representada no processo decisório. Entendemos que esse Bloco não pode ser definido somente por políticos e ou empresários. É por isso que, no caso anterior dizíamos que tanto os Movimentos Sociais deveriam ter dimensões nacionais e quiçá continentais como as Universidades deveriam formar redes nacionais e, se possível, continentais.

Dessa maneira, tal Bloco teria então condições demográficas, políticas, econômicas e de legitimidade para dialogar em igualdade de condições com a União Européia². Dessa maneira, poderemos tentar escapar, ou minimizar, a pressão do nosso vizinho do Norte. Dizemos procurar escapar pois aí estão algumas das diversas tentativas do governo dos Estados Unidos da Argentina com os Estados Unidos da América do Norte de manter o seu

domínio sobre a América Latina, com programas tais como, a “Iniciativa para as Américas” (Bush-1990), a tentativa de estender o “NAFTA-Acordo de Livre Comércio da América do Norte” - Estados Unidos, Canadá e México - (Clinton-1993) para a América Latina e agora, a “ALCA - Área de Livre Comércio das Américas” (Clinton-fins de 1994) na qual se pretende agrupar 34 países do hemisfério, com exceção de Cuba.

Alguns, menos ingênuos, chegam a indagar se se trata de acordos de integração ou de entregação? No entanto, o Governo brasileiro tem tomado uma atitude titubeante a esse respeito. Cabe tomar posição firme, pois a “ALCA” não é do nosso interesse! Isto para mencionar só as mais recentes tentativas dos Estados Unidos da América do Norte, em manter e, se possível, ampliar o seu domínio.

Assim, dever-se-á fazer um esforço continental em conjunto.

E não se diga que seja paranóia, pois quem conhece a história da América, tem sobejazões para tanto e ainda mais depois desse fato novo do Presidente da Argentina em se opor à candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU. Isso após a recente aliança militar da Argentina com os Estados Unidos da América do Norte, pela qual, a

Argentina “se transformaria em seu aliado estratégico extra-Otan, na América Latina”. Se isto não é manobra dos Estados Unidos da América para inviabilizar o Mercosul...

Em resumo, essas são as duas alternativas que apresentamos: Participação Popular + Universidade e Bloco Sul-americano + Comunidade Européia, que apresentamos para superar ou minimizar as duas formas de dominação acima assinaladas.

Finalizando, nos pomos à disposição para debater tais alternativas. Não temos soluções acabadas e sim pistas e caminhos a serem percorridos e muitas indagações a serem respondidas. Assim, a título de sugestão apresentamos temas que deveriam merecer reflexões:

- Até que ponto os Movimentos Sociais apenas conseguem sobrevivência de seus membros sem chegar a ameaçar a estrutura e relações sociais e assim de certa maneira, legitimam a dominação?

- De que forma poder-se-á motivar o corpo docente das Universidades para tornar a suas Extensões comprometidas com a realidade local e não só com a realidade da universalidade?

- Em suma, como unir a localidade dos Movimentos Sociais e a universi-

sidade da Universidade?

- Como inserirem dois agentes sociais, os Movimentos Sociais e a Universidade no processo decisório de um Bloco Sul-americano?

1. - Consideramos o Mercosul, constituído de quatro países (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e proximamente, de mais dois (Bolívia e Chile), como um embrião, de um Bloco Sul-americano. Para tanto, dever-se-á batalhar pela adesão do Grupo Andino (Equador, Colômbia, Peru e Venezuela). Deixamos de falar em Bloco Latino-americano em virtude da inclusão do México no NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte - compreendendo os Estados Unidos da América do Norte, Canadá e México).

2. - Aliás, de uns tempos para cá, a própria União Européia vem demonstrando interesse numa aliança com o Mercosul e, inclusive fala no Mercosul como um “núcleo duro da integração latino-americana” - conforme consta de uma entrevista com Manuel Marín, vice-presidente da União Européia, publicada na Folha de São Paulo, do dia 14/09/97.

P.S.: Após termos concluído este artigo, o Correio do Povo, do dia 15, p.p., publicou que o sociólogo Alain Touraine, em entrevista coletiva no Palácio do Itamarati, teria dito que “o Brasil é o único país na América Latina com vontade política de resistir à hegemonia dos Estados Unidos da América do Norte”. Assim, as pretensões norte-americanas sobre a América Latina podem sofrer um abalo, caso se mantenha essa disposição brasileira”.

Autor de “Planejamento Participativo Micronegional”.

Um quadro da Bienal do Mercosul

Luciano Alfonso

Porto Alegre, aos poucos, conquista o lugar de capital cultural do Mercosul. Temos exemplos a cada dia através de projetos como o Porto Alegre em Cena, Porto Alegre em Buenos Aires ou Montevideo e agora com a 1ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul que inaugura no próximo dia 2 de outubro, na frente do Museu de Arte do Rio Grande do Sul. Na capital gaúcha estarão em 12 espaços museológicos cerca de 880 obras de arte de aproximadamente 200 artistas plásticos de sete países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela). Um projeto gigantesco que pretende, como define seu curador-geral, o crítico de arte Frederico Morais "reescrever a história da arte a partir de um ponto de vista latino-americano".

Além das exposições que estarão abertas até 30 de novembro, idealizadas em três grandes núcleos que privilegiarão as correntes Construtiva (prédio da Ulbra na rua Cel. Vicente), Política (prédio da Fundação Bienal no antigo Banco Iochpe) e Cartográfica (Usina do Gasômetro), esta Bienal terá também dois seminários internacionais. O primeiro, intitulado "Utopias Latino-Americanas", ocorrerá de 6 a 9 de outubro, das 9 às 21h, no Salão de Atos da Ufrgs; o outro, "A América Latina Vista da Europa e Estados Unidos", está previsto para 3 a 5 de novembro, no mesmo local e horário do primeiro.

A Reitoria da Ufrgs também abrigará



os trabalhos de dois artistas plásticos pertencentes à Vertente Política: o uruguai Luiz Camnitzer e o brasileiro Cildo Meireles. Essa Vertente, como o próprio nome diz, faz referência ao clima de repressão e censura das décadas de 60 e 70 na América Latina, quando os artistas criaram metáforas e buscaram uma forma de organização estética que possibilitasse a elaboração das suas questões ideológicas.

O artista plástico carioca Cildo Meireles estará presente na Reitoria da Ufrgs com o trabalho "Missões, Missões - Como Construir Catedrais" que foi elaborado e apresentado ainda na década de 80 no mesmo local dentro do Projeto Missões 300 Anos. A obra reúne 2 mil ossos, 600 mil moedas, 800

hóstias e 86 placas de granito e tecido e está dentro de uma proposta de recriação artística a partir de uma reflexão sobre um momento significativo da História da América Latina. Vale lembrar, no entanto, que o envolvimento de Meireles com as questões políticas data dos anos 60 quando, após o decreto do AI-5, em 1968, e o fim das liberdades civis, ele elaborou um trabalho intitulado "Inserções em Circuitos Ideológicos". Mensagens eram impressas em garrafas de Coca-Cola e devolvidas à circulação. Sua arte, sem dúvida, é um dos documentos da resistência cultural deste período.

A 1ª Bienal também privilegiará novos meios da arte contemporânea com um segmento de exposição denominado

"Fotografia/Tecnologia" que estará no prédio da Casa de Cultura Mário Quintana com obras de artistas como o chileno Gonzalo Mezza e o brasileiro, radicado nos Estados Unidos, Eduardo Kac.

Além destas mostras, a Bienal terá intervenções na cidade reunindo os segmentos "Imaginário Objetual", "Esculturas em Espaços Públicos" e o "Intervenções na Cidade". A maior parte das obras do segmento "Esculturas em Espaços Públicos" faz parte do "Jardim de Esculturas" que será inaugurado dia 12 de outubro no Parque Marinha do Brasil. São obras de Amílcar Castro, Carlos Fajardo, Francisco Matto, Ted Carrasco e outros.

A parte de coleções de arte públicas e privadas brasileiras estará no Museu de Arte do Rio Grande do Sul. A maioria das obras pertencem aos museus de Arte Moderna do Rio de Janeiro, Arte Contemporânea de São Paulo, da Coleção Bozano-Simonsen e das galerias de arte Camargo Villaça (São Paulo), Cohn-Edelstein (Rio de Janeiro e São Paulo) e Jean Boghici (Rio de Janeiro).

Estas são algumas das atividades que estarão ocorrendo durante os meses de outubro e novembro em Porto Alegre, além de ainda estarem agendadas visitas guiadas para escolas e mostras paralelas em galerias de arte da cidade, como Bolsa de Arte, Marisa Soibelman, Da Vera, Cesar Prestes Arte, Gestual, da Caixa Econômica Federal e Modernidade (em São Leopoldo).

Luciano Alfonso é Jornalista

ORELHA



A liberdade de escrever
Érico Veríssimo

Coletânea de entrevistas concedidas por Érico a diversos órgãos de imprensa durante o período da ditadura militar. As posições do escritor gaúcho sobre sua obra, sobre si mesmo e sobre seu papel político na conjuntura dos anos 60 e 70. Org. de Maria da Glória Bordini. Editora da Universidade. 158p.

Manual de Cirurgia Ambulatorial

Conseqüência de um convênio entre a Faculdade de Medicina/Ufrgs e a Prefeitura de Porto Alegre para o atendimento da população em cirurgias de ambulatório, o livro é essencialmente didático e dirigido aos estudantes de medicina e ao médico generalista. Vários autores. Coord. Hilberto Corrêa de Almeida e José Ricardo Guimarães. Editora da Universidade. 206p.



Trabalho e tecnologia - dicionário crítico

Antonio David Cattani (org.)

Apresenta de maneira crítica os referenciais indispensáveis para analisar as práticas e as percepções que estão construindo as novas relações entre Trabalho e Tecnologia. Editora da Universidade. 292p.



Plural - Nº 9/Ano 6 - jan/jun 1997

Revista da Associação dos Professores da Ufsc

Esta edição de Plural mostra as condições em que funcionam as Universidades hoje e sua situação nos países de economia periférica e complementar. Trata os 30 anos da morte de Che Guevara e faz uma análise do século XX apartir de diferentes temas e fatos.



HEMEROTECA

London Review of Books

Volume 19 – número 17 - 4 de setembro de 1997

Martha Nussbaum - Philanthropic Twaddle

Terry Eagleton - What's wrong with utopia?

Michael Wood - Enduring Love by Ian McEwan

John Bayley - Gaseous Meredith

Walter Gratzer - The End of Science by John Horgan

Lulu Norman - Diary

Tim Atkin - Science, Vine and Wine in Modern France by Harry Paul

K. B. Mc Farlane - Two Letters to Karl Leyser

Michael Rogin - Raymond Chandler: a Biography by Tom Hiney



Assinaturas

Jornais diários:

- Zero Hora
- Correio do Povo
- Jornal do Comércio
- Folha de São Paulo

Revistas:

- World Today
- Cadernos do Terceiro Mundo
- London Review of Books

Professor, todas as publicações assinadas pela Adufrgs estão à sua disposição na sede da associação.

WWW

Ciência completa

www.nap.edu

Textos integrais de livros sobre ciência, tecnologia e saúde

Página grátis

www.geocities.com

Estabeleça sua homepage sem gastar nada

Cidadania

www.cidadanet.org.br

Site voltado para as causas sociais do Brasil

Visite a página da Adufrgs:

<http://www.adufrgs.org.br>

Muito além dos autos

Tradicionalmente avessos à publicidade, os magistrados brasileiros sempre fugiram de entrevistas. Há décadas prevalece a máxima de que juiz só se manifesta nos autos. O silêncio auto-imposto ajudou a construir no imaginário coletivo a aura mítica em torno do Judiciário, convertendo-o no mais temido dos poderes da República. Quem sente-se à vontade diante de um juiz?

Entretanto, as tentativas do Executivo em retirar certas garantias da função de julgar fez com que esses ponderados senhores decidissem ganhar visibilidade social. Ao assumirem-se como cidadãos, alertam para o perigo ao Estado de Direito quando a balança da Justiça sofre influência. Para falar sobre o assunto, Adverso conversou com o juiz Cláudio Baldino Maciel, presidente da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris), que congrega as justiças federal, estadual, trabalhista e militar. À frente da Ajuris – considerada uma das mais proguessistas associações de juízes do país – Maciel defende o direito à voz para a magistratura e mostra, como se vê a seguir, que a deusa grega que simboliza a Justiça tem os olhos vendados, mas conserva livre a voz.

Silvano Mariani

Adverso – Pode-se considerar democrático o acesso à Justiça brasileira?

Cláudio Baldino Maciel – Não, e até por uma questão cultural. Nós podemos ter uma justiça gratuita, mas na medida em que as pessoas não têm nem condições de se alimentar ou pegar um ônibus, ou sequer saber onde é o tribunal, elas sentem-se distanciadas e vêm o foro como um local para discussão de causas que não lhes dizem respeito. No Brasil, os miseráveis não procuram o Judiciário, a não ser excepcionalmente. Uma tentativa de solucionar isso é a criação dos chamados juizados especiais, uma iniciativa aqui do RS, que já tem status constitucional. São locais onde a justiça é gratuita, menos morosa e formal e mais oral do que escrita. Isso ajuda a desmistificar a idéia de que o Judiciário é algo inalcançável.

Adverso – Esse distanciamento não é alimentado pelas Faculdades de Direito, que cristalizam essa mistificação do Judiciário?

Cláudio – Sem dúvida, e há quem considere isso uma proteção para a defesa do mercado de trabalho. "É interessante" para uma profissão que as suas instâncias internas e a sua linguagem tenham algo de mítico porque assim só os iluminados chegam às bibliotecas, só eles têm a chave. Se as coisas ficam simples, o acesso fica "vulgarizado".

Adverso – Qual é a sua opinião sobre a Associação Juízes para Democracia, que tenta aproximar o Judiciário da população?

Cláudio – Eu nunca participei de reuniões da Associação. Por reunir uma categoria de magistrados que participam de uma determinada vertente de pensamento, ela pode defender idéias mais pontuais, o que não ocorre com a Ajuris, que tem grande número de associados com diversas matizes de pensamento. Eu acho formidável que existam manifestações de pensamentos de juízes, sobretudo porque num passado recente tínhamos a máxima de que o juiz só deveria se manifestar nos autos porque, se falasse, comprometeria a imparcialidade.

Adverso – O juiz pode falar?

Cláudio – Pode e deve falar. Sobretudo porque não há pessoas neutras. O juiz é imparcial no modo de condução do processo. Porém, quando decide está se parcializando, está dizendo que "A" tem razão e "B", não. Uma sentença é um ato de escolha; então é evidente que ele não é neutro.

Adverso – O juiz pode errar?

Cláudio – Pode e erra freqüentemente. Por

isso um órgão colegiado pode rever as decisões quando uma parte não se conformar com elas. Nós não somos seres infalíveis.

Adverso – É suficiente o número de juízes no Brasil?

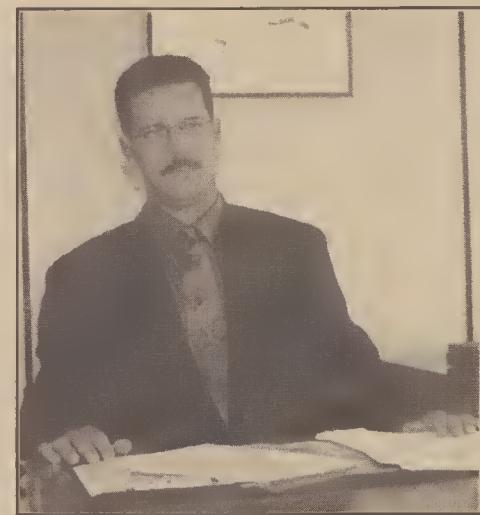
Cláudio – Não, não é suficiente. Temos aproximadamente 11 mil juízes no Brasil. No RS, há a relação de um juiz para 27 mil pessoas. Na Europa, chega-se a um juiz por 3.500 habitantes. Mesmo assim temos conseguido dar uma resposta em termos de rapidez de decisões muito semelhante aos judiciários alemão, francês, italiano e americano. Quem diz que o judiciário é moroso está certo. Mas é tão moroso quanto o alemão, o francês e o italiano, por exemplo. Na minha Vara em Porto Alegre, de onde eu vim para a Ajuris, cada juiz recebe 240 a 250 novos processos por mês. Descontando processos que vão ser arquivados e outros em que as partes desistem ou entram em acordo, nós vamos ficar com a metade. Para manter isso em dia, temos que julgar entre 100 e 120 processos, o que dá, em 20 dias úteis, 6 sentenças por dia. Isso inclui ouvir testemunhas, dar despachos, colher provas, etc. Cada juiz pode dedicar 52 minutos a cada processo por ano, aí incluindo todas as etapas até a sentença. Isso acaba trazendo a falência do sistema

Adverso – Além da sobrecarga de trabalho, o senhor acha que o juiz tem restrições à vida pessoal?

Cláudio – Sim, porque ele tem meia cidadania, não pode participar de partido nem se candidatar a cargo político. Não pode exercer nenhuma outra atividade remunerada além de um cargo de professor. São várias restrições à magistratura que acontecem em razão da especificidade da função.

Adverso – Mas as garantias concedidas aos magistrados não são compensatórias?

Cláudio – Ora, um juiz tem que ter a segurança de julgar um poderoso local e não ser removido ou ter seu salário reduzido. Essas garantias da magistratura, que vêm do constituinte americano do século XVIII, não são colocadas em favor de um juiz mas da sociedade, para que ele tenha tranquilidade para julgar. Entretanto, o sistema de garantias do Judiciário está em xeque. Num processo



Graciela Alves

o STF editar uma súmula e deixar os Estados decidirem se vão adotar aquela norma. Outra forma é penalizar a parte que está recorrendo contra uma orientação consolidada. A justiça pode impor uma sanção pecuniária àquele que está litigando de má-fé, sabendo que vai perder.

Adverso – Qual a sua opinião sobre a Justiça militar?

Cláudio – Eu não conheço nos outros Estados, mas sei de alguns réus julgados pela justiça militar aqui no RS que preferiam a justiça comum, porque a militar é muito mais severa. Desmistifica-se com isso a idéia de que aqui no Estado a justiça militar seja corporativista ou benéfica demais. A justiça militar em primeiro grau é composta por oficiais e por um juiz concursado. E 90 a 95% das decisões são de acordo com o voto desse juiz. Aqui no RS não vejo maiores problemas com essa estrutura de justiça militar. Já em outros Estados, o debate é mais acirrado.

Adverso – Mudando de assunto: o senhor é a favor ou contra as privatizações?

Cláudio – Tenho a visão de que, em regra, a privatização não apresenta valia alguma. De modo geral se privatiza o lucro e se fica com o prejuízo para o Estado. Não sou simpático às privatizações e sobretudo da forma como estão sendo feitas.

Adverso – Há solução para o caos de nosso sistema carcerário?

Cláudio – Uma das grandes tragédias da humanidade é o presídio. Assim como olhamos para trás e ficamos ruborizados com o que acontecia há 100 ou 200 anos, talvez nossos netos e bisnetos façam o mesmo. Têm presos cumprindo pena que são chamados de presos-morcegos, porque dormem pendurados, amarrados nas grades. Um preso é chamado de carne fresca quando chega num presídio. É uma monstruosidade. O sujeito foi condenado à perda da liberdade de ir e vir mas, na verdade, se retira tudo dele. Talvez não intencionalmente mas faz-se com que o preso perca direitos que não foram estabelecidos como perda na pena que lhe foi imposta. Em resumo, o sistema carcerário é desumano porque o sujeito sai pior do que quando entrou. Se colocar um animal lá dentro, ele vai sair mais feroz do que era quando entrou. E há um agravante para o problema: um hibridismo na administração da pena. O juiz conduz o processo jurídico até o final e aí condena à pena privativa de liberdade. O processo vai para a Vara de Execução Penal onde um juiz preside o cumprimento da pena, autoriza saídas e concede benefícios, porém quem administra isso não é o Judiciário mas o Executivo. Na verdade, os dois poderes interferem na relação carcerária. O juiz administra teoricamente a pena e o Executivo administra materialmente. Isso é negativo porque a responsabilidade é dividida. O ideal é que o Judiciário tivesse estrutura para administrar todo o processo, inclusive o sistema carcerário.

Adverso – E quanto às penas alternativas?

Cláudio – Pode ser uma solução, mas tem limites. Dificilmente a sociedade veria com bons olhos a aplicação de uma pena alternativa a um sujeito como esse mostrado pela imprensa nos últimos dias que, num sequestro, assassinou um menino de oito anos.

"Ainda é comum em outros Estados um juiz não sentar à mesa de um desembargador e para ser promovido ter que visitar um. No RS, estamos há séculos disso"

de o Supremo, muitos anos depois, acatar parte dela. Isso não teria acontecido se existisse a súmula vinculante que dissesse: companheira não tem direito de esposa. Tragicamente, teria ficado consolidada essa interpretação.

Adverso – A súmula poderia ser um instrumento para desobstruir o Judiciário?

Cláudio – Esse é um dos objetivos alegados mas têm outras formas de fazer isso. Poderia